

Saraiva Livreiros S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Trimestre findo em 31 de dezembro de 2021

SENHORES ACIONISTAS,

Saraiva Livreiros S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Saraiva”) (B3: SLED3 e SLED4), controladora de Saraiva e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial (“Varejo”), uma das maiores redes varejistas de conteúdo com foco em educação e cultura, anuncia seus resultados financeiros para o quarto trimestre (4T21).

As informações contábeis contidas neste documento referem-se ao quarto trimestre (4T21) comparadas aos mesmos períodos do ano anterior, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foram revisadas pelos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Desde o começo da pandemia, declarada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, a Companhia sofreu os efeitos das políticas de restrição no varejo físico brasileiro, acentuando as dificuldades enfrentadas desde a crise econômica de 2015. Os impactos trazidos para a operação em decorrência das medidas de restrição adotadas ainda serão dimensionados pela Administração que continua comprometida com a realização dos ajustes necessários para assegurar o sucesso da recuperação judicial. Com a redução do número de casos de Covid e a flexibilização das medidas de restrição impostas pelos órgãos estaduais e municipais foi possível perceber a força de captação das lojas físicas, aumentando a confiança da Administração na sua capacidade de entregar resultados melhores em breve.

A Diretoria da Companhia, mesmo após a 2ª onda da pandemia, demonstrou o resultado de suas ações, por meio do aumento efetivo das operações de consignação, com o retorno de diversas editoras relevantes para a manutenção dessa modalidade de negócio, reduzindo a pressão sobre o estoque e caixa. Em paralelo, a Companhia tem negociado com os locadores a redução dos custos de locação de diversas lojas e trabalhado para a redução do tamanho das antigas lojas “*MegaStore*”.

Desde o deferimento do pedido de recuperação judicial, em novembro de 2018, a Saraiva busca retomar sua estabilidade, proteger o caixa e o seu crescimento econômico, bem como garantir e preservar a continuidade de sua operação.

A Companhia terminou o ano de 2021 com lucro líquido impactado positivamente por resultados não recorrentes, originados de uma melhoria na gestão dos ativos passivos tributários. O Foco na melhoria dos resultados operacionais continua sendo prioridade na busca contínua de geração positiva de caixa operacional.

A Companhia mantém ativas iniciativas importantes alinhadas às pretensões do Segundo Aditamento ao PRJ para obter avanços em relação aos períodos anteriores, como:

Readequação do mix de produtos: foram descontinuadas categorias que possuíam menor rentabilidade e maior demanda de capital de giro. Esta revisão de categorias possibilitou, ainda, uma redução do quadro de funcionários da Companhia.

Redução de Despesas Operacionais: renegociação e revisão dos principais contratos com fornecedores de serviços, redução de escopo com priorização de alternativas com maior custo/benefício, e revisões e simplificação do processo logístico, adequando o sistema de abastecimento ao novo mix de produtos. Na Sede Social, foi reduzido com uma melhor ocupação um único andar.

Reestruturação do Parque de Lojas: priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao novo mix de produtos da Companhia. No período, evoluiu a negociação com Shoppings, onde, por meio de parcerias, se iniciou a redução do espaço de lojas com aumento da rentabilidade por m² sem a necessidade de grandes investimentos.

Abastecimento de Produtos: Com apoio e parceria dos fornecedores, iniciou um processo extensivo para a normalização do abastecimento de produtos de todas as categorias, com foco maior em Livraria, a principal linha de atuação.

Recuperação Judicial

No início de 2020, com os impactos trazidos pelo COVID-19, a Companhia não foi capaz de realizar os pagamentos na forma determinada pelo Plano de Recuperação Judicial, afetado por resultados abaixo das expectativas projetadas, tornando-se necessária uma revisão do Plano.

O Primeiro Aditamento ao PRJ, protocolado no dia 03 de julho de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021, pautado essencialmente, na concretização da alienação das UPI's Lojas e Site, nos termos do Primeiro Aditamento ao PRJ. Como não houve habilitação de interessados para a aquisição das referidas UPI's, inviabilizando o cumprimento das obrigações contidas no Primeiro Aditamento ao PRJ em 13 de setembro de 2021, a Companhia apresentou o Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (Segundo Aditamento ao PRJ), que pormenoriza os meios de recuperação, é viável sob o ponto de vista econômico e está baseado em laudos econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos subscritos por empresa especializada e que prevê medidas para a reestruturação das dívidas, para a geração de fluxo de caixa operacional para o pagamento da dívida, assim como, para a geração de recursos necessários à continuidade das atividades, observando a nova realidade das Recuperandas, impactadas pela pandemia da COVID-19.

O Segundo Aditamento ao PRJ foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e será submetido à homologação judicial.

Em paralelo, a Companhia mantém o foco para as medidas do Plano de Ação aprovado pelo Conselho de Administração para reestruturação das operações e recuperação dos resultados econômicos necessários à perenidade dos negócios da Companhia:

- **Nova gestão de abastecimento:** Modelo descentralizado de abastecimento, por meio do envolvimento dos fornecedores e com redução de custos de logística;
- **Otimização Back-Office:** Nova solução de sistemas, processos e equipes com maior eficiência para redução de custos fixos e despesas administrativas;
- **Rentabilidade:** Aumento da Margem Bruta, em detrimento da Receita Bruta, elevando os ganhos absolutos no Lucro Bruto e contribuindo para o aumento da rentabilidade da Companhia. No ano de 2021, excluindo efeitos não recorrentes de diversas ações de Saldão realizadas com o objetivo de realização de estoques obsoletos e truncados, já foram obtidos resultados positivos nas margens bruta.
- **Despesas de Pessoal:** Com uma operação reduzida em termos de faturamento consequentemente houve redução expressiva nas despesas de Pessoal da Companhia.
- **Despesas de Ocupação:** Em relação às Lojas Físicas, renegociações com as administradoras de shoppings visando aumentar a rentabilidade das unidades. No escritório central houve a redução do espaço com a devolução de andares o que permitiu uma redução dos custos de ocupação.
- **Monetização de Créditos Tributários:** O Varejo avançou mais uma etapa do processo administrativo para realização do crédito acumulado de ICMS, sobre a liberação do montante do crédito em conta corrente do sistema e-CredAc, onde devem ser realizados os pedidos de transferência das parcelas do crédito acumulado à terceiros interdependentes, nos termos do deferimento do processo administrativo.
- **E-Commerce:** A operação de *e-commerce* está sendo reestruturada buscando um crescimento no faturamento e na lucratividade do negócio mantendo a qualidade nos serviços prestados.

A Companhia continua mobilizada para efetivar os ajustes necessários para garantir a continuidade operacional. As medidas tomadas, aliadas à aprovação do Segundo Aditamento ao PRJ, que estabelece medidas de eficiência para a equalização e liquidação do passivo das empresas, tais como a reestruturação do passivo e a preservação de investimentos considerados essenciais à continuidade operacional, e alterações na estrutura de Governança Corporativa, comprovam a capacidade de geração de caixa e, por consequência, da viabilidade futura da Companhia.

A revisão das demonstrações contábeis realizada pela auditoria externa não identificou deficiências significativas de controles internos. A constatação da existência de controles internos sem deficiências relevantes e a certificação do seu nível de segurança são fundamentais para a recuperação estruturada da Companhia.

A Administração, ciente da relevância dos desafios, está empenhada para a realização do Novo Plano de Ação, que visa a manutenção da atividade operacional, o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e a consequente continuidade operacional e sustentabilidade do negócio.

Existe um desafio grande de mercado, mas confiamos plenamente na recuperação do mercado de livros no Brasil e na Nova Saraiva que está sendo construída. Sabemos que será um processo intenso, na busca de um futuro promissor para a empresa e seus *stakeholders*, e contamos com o total apoio e envolvimento de todos nossos colaboradores.

Impacto Coronavírus - COVID-19

A Administração acompanha atentamente a todos os impactos do Coronavírus (COVID-19) na operação da Companhia, por meio de um Comitê interno específico, além de discutir periodicamente com o Conselho de Administração, sobre as medidas necessárias e os impactos na operação.

Durante os primeiros seis meses de 2021, o comércio varejista foi novamente afetado com frequentes restrições de operação e fechamentos de lojas, sem que houvesse a contrapartida da redução dos gastos operacionais. Estima-se que essas restrições tenham gerado uma perda relevante de Receita Bruta, com seu consequente efeito negativo no resultado do período.

Com o arrefecimento dos casos de COVID-19 em 2021 e a recorrente flexibilização das medidas de restrição o plano de contingência está voltado para as seguintes ações: (i) manutenção de medidas preventivas exigidas pelos órgão sanitários como uso de máscaras e distanciamento nos ambientes das lojas e do escritório administrativo, (ii) estimular e intensificar as vendas pelo e-commerce, que não foram paralisadas e honram todos seus compromissos com seus clientes; (iii) estruturar planos de ação e contingência; (iv) monitorar a evolução diária dos casos de infecção pelo Coronavírus e as recomendações dos órgãos governamentais e associações de varejo; (v) utilizar as medidas disponíveis para redução do impacto no Caixa da Companhia.

Entre tais medidas são realizadas ações promocionais e de marketing e visando a manutenção e perenidade da operação, a Companhia adotou as seguintes medidas de preservação do caixa:

- **Revisão de contratos com fornecedores;**
- **Renegociação** de todos os **custos de ocupação** da Companhia;
- **Renegociação** e, conseqüentemente, **reparcelamento de pagamentos** vencidos e a vencer;
- **Revisão diária** das **projeções de vendas e despesas** para os próximos meses, visando proteção de impactos inesperados de Caixa.

A Administração entende que o cenário no País se altera de modo acelerado e está se adaptando rapidamente ao cenário ideal em meio à crise. Reitera a disposição para dispensar toda a atenção necessária à situação da Companhia e de nossos *stakeholders*, incluindo todos os riscos decorrentes da pandemia que podem resultar em perdas ou mudanças nas estimativas sobre os negócios.

IMPACTOS NÃO RECORRENTES

Durante o quarto trimestre de 2021 a Administração revisou as estimativas relacionadas a perda de valor recuperável dos ativos e provisões para riscos tributários cíveis e trabalhistas, entre outros ajustes realizados na operação, visando o aumento de rentabilidade, a seguir apresentados:

- Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias: R\$ 62,0 milhões.
- Outros impactos: R\$ 11,3 milhões.

Dessa maneira, para que possa ser realizada uma análise mais fidedigna da operação da Companhia, todos os resultados reportados neste Relatório da Administração consideram os números recorrentes do 4T21, 4T20, 3T21, expurgando os efeitos citados acima. Segue na tabela abaixo a reconciliação dos resultados:

Reconciliação - 4T21 (R\$ MM)	4T21 Contábil	CPC 06 (R2) IFRS 16	Impactos Não-Recorrentes	4T21 Ajustado
Receita Bruta	24.052		-	24.052
Impostos	(551)		-	(551)
Receita Líquida	23.501	-	-	23.501
CMV	(11.836)		(1.438)	(13.274)
Lucro Bruto	11.665	-	(1.438)	10.227
Margem Bruta (%)	49,6%			43,5%
Despesas Operacionais	33.382	(7.170)	(49.567)	(23.355)
EBITDA	45.047	(7.170)	(51.005)	(13.128)
Margem EBITDA (%)	191,8%			-55,9%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(10.513)	7.170	-	(3.343)
Resultado Financeiro Líquido	(5.720)	2.201	-	(3.519)
Depreciação e Amortiz.	(4.793)	4.969		176
Lucro/Prejuízo antes do IR	34.534	-	(51.005)	(16.471)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo antes da part. Minoritária	34.534	-	(51.005)	(16.471)
Participação minoritária	(3)			(3)
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas	34.531	-	(51.005)	(16.474)
Res. Liq. das Op. Descontinuadas (Liq. impostos)	20.531		(22.656)	(2.125)
Lucro (Prejuízo) Líquido	55.062	-	(73.661)	(18.599)
Margem Líquida (%)	234,3%			-79,1%

DESTAQUES

- Melhora de R\$ 3,2 milhões no EBITDA ajustado do 4T21 em comparação com o 4T20.
- Melhora de R\$ 11,3 milhões na Despesa Operacional recorrente do 4T21 em comparação com o 4T20.
- Em setembro de 2021, a Companhia e sua controlada peticionaram, junto a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, o segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial.
- Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de outubro de 2021, foi aprovado por unanimidade a proposta da Administração, que será submetida à Assembleia Geral Extraordinária sobre:
 - (i) O grupamento do número atual de ações ordinárias e preferenciais do capital social de R\$301.976, ambas na proporção de 35 para 1, passando após o grupamento a ser de 1.811.719 ações (671.819 ações ordinárias e 1.139.900 ações preferenciais), sem alteração do capital social; e
 - (ii) O aumento do capital autorizado da Companhia para 10.000.000 (dez milhões) de ações, como medida para contribuir com a implementação das condições previstas no plano de recuperação judicial.
- Em 25 de outubro de 2021, por meio de edital publicado em 27 de outubro de 2021, foi convocada Assembleia Geral de Credores, que será realizada em ambiente virtual em primeira convocação para o dia 17 de novembro de 2021 e em segunda convocação para o dia 23 de novembro de 2021, para deliberar sobre a aprovação do Segundo Aditamento ao PRJ e demais assuntos de interesse dos credores e das Recuperandas.
- Em 01 de novembro de 2021, o Varejo foi notificado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo sobre o avanço de mais uma etapa do processo administrativo para realização do crédito acumulado, com a liberação do referido crédito em conta corrente do e-CredAc, conforme descrito em nota explicativa às demonstrações contábeis intermediárias, número 7, i).
- Em 22 de dezembro de 2021, a Companhia promoveu Grupamento das ações na proporção de 35 (trinta e cinco) ações para 1 (uma ação).

EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em 28 de janeiro de 2022, a Companhia, por meio de seus assessores jurídicos obteve êxito para a liberação de depósito judicial em favor da Companhia, que foi objeto de indicação pela Fazenda Nacional como bem a ser penhorado em execuções fiscais, conforme ofício expedido pela 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, que determinou a transferência para a conta da Companhia do montante de R\$4,4 Milhões.
- Em 4 de março de 2022, por meio de Escritura Pública de Cessão de Crédito, Direitos e Outras Avenças, foram cedidos à Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., pelo Banco do Brasil S.A., a totalidade dos créditos por ele detidos, contra a Companhia e o Varejo no processo de Recuperação Judicial (Nota explicativa nº 12).
- Em 7 de março de 2022, a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. apresentou Proposta Vinculante para aquisição das UPI's i) Loja Shopping Ibirapuera, pelo valor de R\$29,0 Milhões; e ii) Diretos Creditórios, pelo valor de R\$54,3 Milhões; como Primeiro Proponente, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ.
- Em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 foi aprovado pelos credores o Segundo aditivo ao Plano de Recuperação Judicial.

PRINCIPAIS INDICADORES

Tabela 1. (R\$ mil, exceto quando indicado)

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório.

Consolidado - Ajustado ¹	4T21	4T20	T/T	3T21	T/T	2021	2020	A/A
Receita Bruta (Lojas + E-commerce)	24.052	40.740	-41,0%	22.615	6,4%	91.166	239.824	-62,0%
Lojas Físicas	22.516	33.651	-33,1%	20.654	9,0%	77.521	159.234	-51,3%
E-commerce	1.536	7.089	-78,3%	1.961	-21,7%	13.645	80.590	-83,1%
Receita Líquida (Lojas + E-commerce)	23.501	40.274	-41,6%	22.230	5,7%	88.883	234.456	-62,1%
Lojas Físicas	22.048	33.160	-33,5%	20.187	9,2%	75.419	155.098	-51,4%
E-commerce	1.453	7.114	-79,6%	2.043	-28,9%	13.464	79.358	-83,0%
Lucro Bruto	10.227	18.252	-44,0%	9.161	11,6%	37.501	92.275	-59,4%
Margem Bruta (%)	43,5%	45,3%	-1,8 p.p.	41,2%	2,3 p.p.	42,2%	39,4%	2,8 p.p.
Despesas Operacionais Recorrentes ¹	(23.355)	(34.663)	-32,6%	(19.106)	22,2%	(95.926)	(189.465)	-49,4%
EBITDA Ajustado¹	(13.128)	(16.411)	-20,0%	(9.945)	32,0%	(58.425)	(97.190)	-39,9%
Margem EBITDA Ajustada (%) ¹	-55,9%	-40,7%	-15,1 p.p.	-44,7%	-11,1 p.p.	-65,7%	-41,5%	-24,3 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas¹	(16.474)	(14.796)	11,3%	(16.490)	-0,1%	(79.866)	(146.536)	-45,5%
Margem Líquida Ajustada antes das Op. Descontinuadas (%) ¹	-70,1%	-36,7%	-33,4 p.p.	-74,2%	4,1 p.p.	-89,9%	-62,5%	-27,4 p.p.
Res. Líq. das Op. Descontinuadas (Liq. impostos)	(2.125)	(2.352)	-9,7%	(643)	230,6%	(1.009)	(5.901)	-82,9%
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado¹	(18.599)	(17.148)	8,5%	(17.132)	8,6%	(80.875)	(152.437)	-46,9%
Margem Líquida Ajustada (%) ¹	-79,1%	-42,6%	-36,6 p.p.	-77,1%	-2,1 p.p.	-91,0%	-65,0%	-26,0 p.p.
Crescimento Lojas (SSS)	-26,9%	-50,1%	23,2 p.p.	4,0%	-30,9 p.p.	-26,1%	-54,1%	28,0 p.p.
Crescimento E-commerce	-78,3%	-83,0%	4,7 p.p.	-74,3%	-4,1 p.p.	-83,1%	-64,8%	-18,2 p.p.
Quantidade de Lojas - Final do Período	36	39	-7,7%	37	-2,7%	36	39	-7,7%
Área de Vendas - Final do Período (m²)	19.011	21.825	-12,9%	20.044	-5,2%	19.011	21.825	-12,9%

RESULTADOS

RECEITA – No 4T21 a receita bruta alcançou R\$ 24,1 milhões, queda de 41% quando comparada com o 4T20. A receita líquida seguiu a mesma tendência no trimestre, apresentando redução de 41,6%.

RECEITA LOJAS FÍSICAS – A receita bruta de lojas físicas no 4T21, atingiu R\$ 22,5 milhões, o que representa redução de 33,1% quando comparadas ao mesmo período do ano anterior. A receita líquida, seguindo a mesma linha, apresentou redução de 33,5%.

RECEITA E-COMMERCE – No 4T21 as vendas brutas do site Saraiva.com apresentaram declínio de 78,3% em relação ao ano anterior, enquanto as vendas líquidas reduziram em 79,6%. A Saraiva continua com a estratégia de rentabilidade, buscando maior margem bruta e menores despesas variáveis, gerando um ganho adicional na margem de contribuição para os próximos períodos.

RESULTADO BRUTO –O lucro bruto ajustado apresentou uma perda de 1,8 p.p. na margem bruta, que passou de 45,3% no 4T20 para 43,5%. Além da estratégia de priorização da rentabilidade focando em nosso negócio de livros, que possuem margens superiores às outras categorias que foram descontinuadas.

DESPESAS OPERACIONAIS – A linha de despesas operacionais recorrentes, incluindo o efeito do IFRS-16 nas linhas de Despesas, totalizou R\$ 23,3 milhões no 4T21, apresentando melhora de 32,6% no trimestre. Cabe destacar que a Administração continua focada na racionalização de gastos para a melhora dos resultados, colhendo os frutos das medidas tomadas. Continuam sendo feitos ajustes recorrentemente na estrutura visando sempre melhorias de desempenho e produtividade, o que solidifica as bases para recuperação da Companhia.

EBITDA – O EBITDA recorrente, com a inclusão do efeito do IFRS-16 nas linhas de Despesas totalizou R\$ 13,1 milhões negativos no 4T21, apresentando um ganho de R\$ 3,2 milhões em relação ao 4T20.

Tabela 2. EBITDA (R\$ mil, exceto quando indicado)

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório

EBITDA	4T21	4T20	T/T	3T21	T/T	2021	2020	A/A
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado ¹	(18.599)	(17.148)	8,5%	(17.132)	8,6%	(80.875)	(152.437)	-46,9%
(+) Resultado Financeiro Líquido	3.519	4.225	-6,7%	5.959	-40,9%	19.829	11.611	70,8%
(+) IR & CS	-	(5.546)	-100,0%	-	0,0%	-	30.414	-100,0%
(+) Depreciação e Amortiz.	(176)	(278)	-36,8%	584	-	1.610	7.354	-78,1%
(+) Res. Liq. das Op. Descontinuadas/Outros	2.128	2.337	-8,9%	645	230,0%	1.011	5.868	-82,8%
EBITDA - Ajustado	(13.128)	(16.411)	-20,0%	(9.944)	32,0%	(58.425)	(97.190)	-39,9%
Margem EBITDA (%)	-55,9%	-40,7%	-16,1p.p.	-44,7%	-11,1p.p.	-65,7%	-41,5%	-24,3p.p.

CAPITAL DE GIRO* – O prazo médio de recebimento permaneceu em 11 dias no 4T21, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O prazo médio de cobertura de estoques aumentou em 14 dias, passando de 177 dias no 4T20 para 191 dias no 4T21.

* para o cálculo dos dias do ciclo operacional utilizamos a média dos últimos 12 meses

RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA LÍQUIDA – O resultado financeiro líquido ajustado, excluindo o impacto da alteração contábil em virtude do CPC 06 (R2) - IFRS 16, foi uma despesa de R\$ 3,5 milhões no quarto trimestre de 2021.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO – O prejuízo líquido ajustado da Companhia, antes do resultado líquido de operações descontinuadas, foi de R\$ 18,6 milhões no 4T21 uma melhora de R\$ 1,5 milhões.

LIQUIDEZ – Em 31 de dezembro de 2021, o saldo total de Caixa Disponível, Caixa Bloqueado e Recebíveis de Cartão de Crédito era de R\$ 8 milhões, contra R\$ 28,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, em virtude, principalmente, das menores vendas realizadas no período, além do impacto de categorias descontinuadas e de despesas extraordinárias de reestruturação.

A tabela a seguir apresenta a dívida líquida consolidada (excluindo o saldo de Credores relativo ao processo de recuperação judicial) da Saraiva em 31 de dezembro de 2021, que somava R\$ 170,3 milhões, contra R\$ 172,2 milhões em 31 de setembro de 2021, e R\$ 134,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Se considerarmos os recebíveis do cartão de crédito, encerramos o 4T21 com uma dívida líquida de R\$ 169,9 milhões contra R\$ 170,9 milhões no 3T21, e R\$ 130,7 milhões no 4T20.

Tabela 3. Evolução dos principais indicadores de endividamento CONSOLIDADO monitorados pela Companhia (R\$ mil)

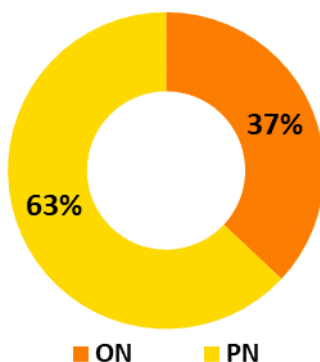
Nota 1: Exclui a parcela relativa ao Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - IFRS 16).

Consolidado – Ajustado ¹	4T21	4T20	T/T	3T21	A/A
Tipo de Transação					
Empréstimos e Financiamentos	178.340	163.019	9,4%	174.110	2,4%
(+) Contas a Pagar Aquisição de Empresas	0	0	0	0	0,0%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	8.022	28.603	-72,0%	1.936	314,4%
Dívida Líquida Ajustada Antes dos Recebíveis	170.318	134.416	26,7%	172.174	-1,1%
(-) Recebíveis de Cartão de Crédito	407	3.729	-89,1%	1.326	-69,3%
Dívida Líquida Consolidada Após os Recebíveis	169.911	130.687	30,0%	170.848	-0,5%

NOSSAS LOJAS – No 4T21 a Saraiva contava com 36 lojas ativas.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

O capital social subscrito e realizado da Saraiva era de R\$ 301 milhões em 31 de dezembro de 2021, representado por 1.811.719 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 671.819 são ações ordinárias (ON), e 1.139.900 são ações preferenciais (PN). A Companhia mantém 448 ações ordinárias em tesouraria.



COLABORADORES

Finalizamos o ano de 2021 com 470 colaboradores. As ações estratégicas da área de Recursos Humanos focam os pilares de desenvolvimento, engajamento, diversidade e eficiência/produktividade.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram examinadas pela RSM Brasil Auditores Independentes. <https://www.rsm.global/brazil/pt-br>

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pela Saraiva ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Com a adesão ao Nível 2, a Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória constante do Estatuto Social nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM n. 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia, autorizando sua conclusão nesta data.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM n. 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, emitido nesta data.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras, colaboradores e comunidades pelo apoio dado em 2021.

São Paulo, 28 de março de 2022.

A Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Saraiva Livreiros S.A.– Em Recuperação Judicial
São Paulo–SP

1. ABSTENÇÃO DE OPINIÃO

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Saraiva Livreiros S.A.– Em Recuperação Judicial (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Saraiva Livreiros S.A.– Em Recuperação Judicial pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

2. BASE PARA ABSTENÇÃO DE OPINIÃO

(i) Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e a homologação pelo Juízo do 2º Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1, 30 e 31, a Administração da Companhia e de sua controlada submeteu, em 03/07/2020, o 1º Aditamento ao PRJ à aprovação da Assembleia Geral de Credores (AGC) e à homologação judicial. Ele foi aprovado pela AGC em 26/02/2021 e homologado pelo Juízo em 05/03/2021, pautado essencialmente, na concretização da alienação das Unidades Produtivas Isoladas (UPI’s) Lojas e Site, nos termos desse 1º aditamento. Como não houve habilitação de interessados para a aquisição das referidas UPI’s, o cumprimento das obrigações nele contidas foi inviabilizado. Em 13/09/2021, a Companhia apresentou o 2º Aditamento ao PRJ, que pormenoriza os meios de recuperação e prevê a reestruturação das dívidas e a geração de recursos necessários à continuidade das atividades, observando a sua nova realidade, impactadas pela pandemia da COVID-19. O 2º aditamento ao PRJ foi aprovado pelos credores em AGC realizada em 07/03/2022 e será submetido à homologação judicial.

Como medidas para a liquidação de parte substancial do passivo estão previstas no 2º Aditamento: a reestruturação do passivo, a preservação de investimentos essenciais para a continuidade operacional, e a alienação de UPI's, "Loja Shopping Ibirapuera" e "Direitos Creditórios" em processo competitivo, para o levantamento de recursos, sem que o adquirente suceda o Grupo Saraiva em quaisquer dívidas, contingências e obrigações, nos termos do artigo 60, parágrafo único da Lei de Falências e Recuperações Judiciais. Para o caso da alienação das UPI's, há Proposta Vinculante apresentada por uma Securitizadora formalizada em 07/03/2022, para aquisição das UPI's i) Loja Shopping Ibirapuera, pelo valor de R\$29.348 mil; e ii) Direitos Creditórios de PIS e COFINS, pelo valor de R\$54.320 mil.

Destaca-se que os empréstimos com o Banco do Brasil no montante de R\$156.204 mil em 31/12/2021 (R\$142.221 mil em 31/12/2020) foram cedidos para uma Securitizadora em 04/03/2022, os quais estão incluídos na Classe III, considerando a garantia pessoal outorgada pela Holding e são apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas na rubrica Empréstimos e financiamentos.

A Companhia apresenta no exercício findo em 31/12/2021, na Controladora e no Consolidado, respectivamente: Passivo a descoberto de R\$(498.877) mil e R\$(498.920) mil, Capital circulante líquido positivo e negativo de R\$6.257 mil R\$(85.240) mil e lucro líquido do exercício corrente de R\$46.197 mil e R\$46.199 mil. Os ajustes contábeis decorrentes do 2º Aditamento ao PRJ, serão devidamente registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, quando o referido aditamento for homologado pelo Juízo.

Considerando que até a data de emissão do nosso relatório de auditoria o 2º Aditamento ao PRJ não teve sua homologação judicial proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial e, portanto, não há como estimar os efeitos econômicos e financeiros sobre as demonstrações contábeis, colocando a Companhia em um cenário de incertezas, não é possível expressarmos uma opinião, sobre o pressuposto de sua continuidade operacional e a correspondente base para a elaboração de suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3. OUTROS ASSUNTOS

(I) VALORES DO EXERCÍCIO ANTERIOR FINDO EM 31/12/2020

Os auditores anteriores foram contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e emitiram o seu relatório em 26 de março de 2021 com uma abstenção de opinião decorrente de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e os efeitos do aditivo do plano de recuperação judicial na realização dos ativos e na liquidação dos passivos.

(ii) Demonstrações do valor adicionado

Fomos contratados para aplicar os mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia acima referidas, com o objetivo de avaliar também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações do valor adicionado individual e consolidada, pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações do valor adicionado individual e consolidada tomadas em conjunto.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 28 de março de 2022.



Luiz Claudio Fontes

Contador CRC 1RJ-032.470/O-9

RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

**RSM**

SARAIVA LIVREIROS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.550	121	8.022	28.603
Contas a receber de clientes	5	-	-	710	7.333
Estoques	6	-	-	18.852	45.649
Impostos e contribuições a recuperar	7	179	179	50.083	33.309
Outros créditos		96	534	4.845	7.527
Ativos não correntes mantidos para venda		-	21.427	-	21.427
Despesas antecipadas		<u>1.089</u>	<u>1.424</u>	<u>1.506</u>	<u>1.749</u>
Total do ativo circulante		<u>8.914</u>	<u>23.685</u>	<u>84.018</u>	<u>145.597</u>
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Partes relacionadas	9.a)	50.490	61.875	-	-
Depósitos judiciais	17	11.564	11.417	27.897	26.406
Impostos e contribuições a recuperar	7	4.954	5.713	52.266	44.579
Outros créditos		-	-	1.371	1.466
Despesas antecipadas		<u>311</u>	<u>1.209</u>	<u>384</u>	<u>1.381</u>
		67.319	80.214	81.918	73.832
Investimentos:					
Propriedades para investimento		-	-	127	127
Outros		23	23	23	23
Imobilizado	11	<u>100</u>	<u>153</u>	<u>80.569</u>	<u>113.614</u>
Total do ativo não circulante		<u>67.442</u>	<u>80.390</u>	<u>162.637</u>	<u>187.596</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>76.356</u>	<u>104.075</u>	<u>246.655</u>	<u>333.193</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SARAIVA LIVREIROS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	explicativa	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
CIRCULANTE					
Fornecedores	14	1.145	1.254	69.280	104.394
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	48.554	52.816
Obrigações sociais e trabalhistas	16	232	400	3.521	5.770
Impostos e contribuições a recolher	15	188	165	1.297	1.190
Receita diferida - programa de fidelização	13	-	-	1.258	997
Arrendamento mercantil - locação de lojas	24	-	-	24.941	5.609
Credores por recuperação judicial	30	1.092	1.136	16.737	10.384
Outras obrigações		-	26.564	3.670	32.689
Total do passivo circulante		<u>2.657</u>	<u>29.519</u>	<u>169.258</u>	<u>213.849</u>
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	213.325	223.861
Provisão para perda com investimento em controlada	10	527.006	554.874	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	42.829	62.160	168.001	247.148
Impostos e contribuições a recolher	15	-	-	749	865
Credores por recuperação judicial	30	2.741	2.596	191.241	187.559
Outras obrigações		-	-	3.001	5.030
Total do passivo não circulante		<u>572.576</u>	<u>619.630</u>	<u>576.317</u>	<u>664.463</u>
PASSIVO A DESCOBERTO					
Capital social	18.a)	301.976	301.976	301.976	301.976
Ações em tesouraria	18.c)	(233)	(233)	(233)	(233)
Plano de opção de ações		5.329	5.329	5.329	5.329
Bônus de subscrição	18.b)	41.034	41.034	41.034	41.034
Ajustes de avaliação patrimonial	18.e)	-	11.279	-	11.279
Prejuízos acumulados		<u>(846.983)</u>	<u>(904.459)</u>	<u>(846.983)</u>	<u>(904.459)</u>
Passivo a descoberto atribuído aos controladores		<u>(498.877)</u>	<u>(545.074)</u>	<u>(498.877)</u>	<u>(545.074)</u>
Participação de não controladores	18.f)	-	-	(43)	(45)
Total do passivo a descoberto		<u>(498.877)</u>	<u>(545.074)</u>	<u>(498.920)</u>	<u>(545.119)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO		<u><u>76.356</u></u>	<u><u>104.075</u></u>	<u><u>246.655</u></u>	<u><u>333.193</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SARAIVA LIVREIROS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	-	-	88.883	246.325
CUSTO DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS VENDIDOS	20	-	-	(53.537)	(170.234)
LUCRO BRUTO		-	-	35.346	76.091
DESPESAS OPERACIONAIS					
Vendas	20	-	-	(49.418)	(113.147)
Gerais e administrativas	20	(6.001)	(3.881)	(32.511)	(63.453)
Depreciações e amortizações		(53)	(59)	(19.195)	(43.197)
Equivalência patrimonial	10	27.868	(407.039)	-	-
Outras despesas operacionais	21	(322)	(1.397)	(89.521)	(277.245)
Outras receitas operacionais	22	4.111	-	163.973	38.530
		<u>25.603</u>	<u>(412.376)</u>	<u>(26.672)</u>	<u>(458.512)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>25.603</u>	<u>(412.376)</u>	<u>8.674</u>	<u>(382.421)</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	2.995	1.456	55.033	4.504
Despesas financeiras	23	(2.097)	(1.162)	(37.204)	(34.198)
		<u>898</u>	<u>294</u>	<u>17.829</u>	<u>(29.694)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>26.501</u>	<u>(412.082)</u>	<u>26.503</u>	<u>(412.115)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		<u>26.501</u>	<u>(412.082)</u>	<u>26.503</u>	<u>(412.115)</u>
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)		<u>19.696</u>	<u>(7.513)</u>	<u>19.696</u>	<u>(7.513)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>46.197</u>	<u>(419.595)</u>	<u>46.199</u>	<u>(419.628)</u>
Atribuível à:					
Participação controladora				<u>46.197</u>	<u>(419.595)</u>
Participação não controladora	18.f)			<u>2</u>	<u>(33)</u>
				<u>46.199</u>	<u>(419.628)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO POR AÇÃO - R\$					
ON	25			25,52012	(8,05888)
PN	25			25,50534	(9,62886)
LUCRO (PREJUÍZO) DILUÍDO POR AÇÃO - R\$					
ON	25			25,52012	(8,05888)
PN	25			25,50534	(9,62886)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SARAIVA LIVREIROS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		<u>46.197</u>	<u>(419.595)</u>	<u>46.199</u>	<u>(419.628)</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		<u>46.197</u>	<u>(419.595)</u>	<u>46.199</u>	<u>(419.628)</u>
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores				46.197	(419.595)
Acionistas não controladores	18.f)			<u>2</u>	<u>(33)</u>
				<u>46.199</u>	<u>(419.628)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SARAIVA LIVREIROS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO
PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Adiantamento para futuro plano de capital	Ações em tesouraria	Reserva para plano de opções de compra de ações	Bônus de subscrição	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Atribuível a proprietários da Controladora	Participação não controladora	Total do passivo a descoberto
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		282.999	12.738	(233)	5.329	75	11.279	(484.864)	(172.677)	(12)	(172.689)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(419.595)	(419.595)	(33)	(419.628)
Bônus de subscrição		-	-	-	-	42.182	-	-	42.182	-	42.182
Aumento de capital com reservas e bônus de subscrição		<u>18.977</u>	<u>(12.738)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.223)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.016</u>	<u>-</u>	<u>5.016</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		301.976	-	(233)	5.329	41.034	11.279	(904.459)	(545.074)	(45)	(545.119)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	46.197	46.197	2	46.199
Baixa do custo atribuído "deemed cost"	18.e)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.279)</u>	<u>11.279</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>301.976</u>	<u>-</u>	<u>(233)</u>	<u>5.329</u>	<u>41.034</u>	<u>-</u>	<u>(846.983)</u>	<u>(498.877)</u>	<u>(43)</u>	<u>(498.920)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SARAIVA LIVREIROS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		26.501	(412.082)	26.503	(412.115)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações (inclui valor apropriado ao custo)	11	53	60	20.974	46.049
Perda com créditos de liquidação duvidosa		-	(49)	220	250
Perda (reversão) com obsolescência de estoque	6	-	-	722	(29.486)
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável do imobilizado, intangível e créditos tributários	11	-	(4.909)	79.748	179.404
Equivalência patrimonial	10	(27.868)	407.039	-	-
Resultado na baixa e/ou venda de ativo imobilizado, intangível e investimento	11	(4.073)	(32)	(4.107)	1.967
Encargos financeiros e variação monetária sobre saldos com empresas ligadas, financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais		(2.625)	(941)	(32.641)	20.066
Outras provisões operacionais		(19.445)	11.221	(71.800)	95.669
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	5	-	49	6.403	15.686
Estoques	6	-	-	26.075	86.364
Outros ativos operacionais		190	(895)	(46.934)	27.153
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	14	(109)	625	(35.114)	25.358
Pagamento de juros por empréstimos e financiamentos	12	-	-	(796)	-
Outros passivos operacionais		(26.493)	26.427	(11.027)	(45.757)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais descontinuadas	28	21.788	(6.673)	21.788	(6.673)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(32.081)</u>	<u>19.840</u>	<u>(19.986)</u>	<u>3.935</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11	-	-	(209)	(2.294)
Recebimento por venda do ativo imobilizado	11	25.500	32	25.537	1.807
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>25.500</u>	<u>32</u>	<u>25.328</u>	<u>(487)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital acionistas		-	5.017	-	5.017
Bonus de subscrição acionistas		-	42.182	-	42.182
Operações de empréstimos com a controlada líquidos dos valores liquidados	9.a)	14.010	(69.553)	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	12	-	-	(25.923)	(42.508)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>14.010</u>	<u>(22.354)</u>	<u>(25.923)</u>	<u>4.691</u>
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>7.429</u>	<u>(2.482)</u>	<u>(20.581)</u>	<u>8.139</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo inicial	4	121	2.603	28.603	20.464
Saldo final	4	<u>7.550</u>	<u>121</u>	<u>8.022</u>	<u>28.603</u>
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>7.429</u>	<u>(2.482)</u>	<u>(20.581)</u>	<u>8.139</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SARAIVA LIVREIROS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consórcio	
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Vendas de mercadorias e serviços		-	-	90.905	254.145
Perda com créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões		-	49	(220)	(250)
Outras receitas operacionais		<u>25.538</u>	<u>32</u>	<u>185.403</u>	<u>39.643</u>
		<u>25.538</u>	<u>81</u>	<u>276.088</u>	<u>293.538</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos		-	-	(53.588)	(172.621)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(5.013)	(8.824)	(59.963)	(188.580)
Outras despesas operacionais		<u>(21.427)</u>	<u>4.909</u>	<u>(101.177)</u>	<u>(183.178)</u>
		<u>(902)</u>	<u>(3.834)</u>	<u>61.360</u>	<u>(250.841)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO GERADO					
RETENCÕES					
Depreciações e amortizações	11	(53)	(59)	(20.974)	(46.048)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
		<u>19.696</u>	<u>(7.513)</u>	<u>19.696</u>	<u>(7.513)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO					
		<u>18.741</u>	<u>(11.406)</u>	<u>60.082</u>	<u>(304.402)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Equivalência patrimonial	10	27.868	(407.039)	-	-
Receitas financeiras	23	<u>2.995</u>	<u>1.456</u>	<u>55.033</u>	<u>4.504</u>
		<u>30.863</u>	<u>(405.583)</u>	<u>55.033</u>	<u>4.504</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR					
		<u>49.604</u>	<u>(416.989)</u>	<u>115.115</u>	<u>(299.898)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Empregados - pessoal e encargos sociais		1.145	1.296	26.089	69.347
Governo - impostos, taxas e contribuições		165	198	6.049	14.715
Credores financeiros - despesas financeiras, excluindo o IOF		2.097	1.112	36.260	33.468
Locatários - aluguéis		-	-	518	2.200
Acionistas - absorção de prejuízos		46.197	(419.595)	46.197	(419.595)
Participação não controladora	18.f)	-	-	2	(33)
		<u>49.604</u>	<u>(416.989)</u>	<u>115.115</u>	<u>(299.898)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SARAIVA LIVREIROS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial (“Controladora” ou “Companhia”) é sociedade por ações brasileira de capital aberto, fundada em 1914, com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (“B3”), sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S.A. – Em Recuperação Judicial (“Varejo” ou “Controlada”).

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Companhia, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros e artigos de papelaria. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico, de uma rede de 36 lojas e do seu próprio marketplace, integrado ao e-commerce.

A Companhia e o Varejo estão em processo de recuperação judicial, homologado em 4 de setembro de 2019. Em 3 de julho de 2020, submeteu o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Primeiro Aditamento ao PRJ) à aprovação da Assembleia Geral de Credores, tendo sido aprovado em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia e sua controlada apresentaram nos autos do Processo de Recuperação Judicial, proposta de Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (“Segundo Aditamento ao PRJ”), aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e submetido à homologação judicial. (Nota explicativa 30).

Em paralelo, a Companhia mantém ativas as iniciativas do Plano de Ação aprovado pelo Conselho de Administração, alinhado às pretensões do Segundo Aditamento do PRJ, que tem por objetivo uma mudança estrutural de processos em todos os níveis de atividades da Companhia e o Varejo, por meio da inserção de uma cultura de reestruturação e está baseado nos seguintes projetos em curso de implementação:

- Nova gestão de abastecimento
- Full e-commerce
- Otimização do Back-office
- Reestruturação do parque de lojas

Os projetos contribuirão para tornar a Companhia mais enxuta e eficiente sem comprometer a operação.

Impactos da COVID 19.

Com o arrefecimento dos casos de COVID-19, em decorrência do avanço da vacinação em massa, a Administração da Companhia e do Varejo mantém apenas as medidas sanitárias exigidas pelos órgãos da administração pública e Ministério da Saúde, observando atentamente a todas as orientações e protocolos de segurança definidos pelos governos estaduais. Os impactos trazidos para a operação em decorrência das medidas de restrição adotadas ainda serão dimensionados pela Administração que continua comprometida com a realização dos ajustes necessários para assegurar o sucesso da recuperação judicial, mesmo diante das restrições impostas pela pandemia, procurando adaptar-se rapidamente às alterações de cenários e confiando na recuperação do mercado de livros no Brasil e na Nova Saraiva que está sendo construída e, assim, mantém seu otimismo acerca da sua capacidade de recuperação e manutenção da atividade operacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. *Declaração de conformidade*

As demonstrações contábeis compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia e do Varejo.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2022 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2021.

2.2. *Base de mensuração*

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. *Moeda funcional e de apresentação*

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

2.4. *Principais fontes de julgamento e estimativas*

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Perdas com créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa nº 5
- b) Perdas com obsolescência de estoques – nota explicativa nº 6
- c) Impostos diferidos – nota explicativa nº 8
- d) Redução aos valores de recuperação dos ativos – nota explicativa nº 7, 11
- e) Programa de fidelização de clientes do Varejo – nota explicativa nº 13
- f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – nota explicativa nº 17
- g) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – nota explicativa nº 26

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas a seguir são adotadas pela Companhia e pelo Varejo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis de empresa controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que tal controle deixa de existir.

Controlada

As políticas financeiras, operacionais e contábeis da Controlada são definidas e ajustadas pela Administração da Controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as demonstrações contábeis do Varejo são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial e na preparação das demonstrações contábeis consolidadas foram utilizadas demonstrações contábeis da Controlada encerradas na mesma data-base.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Controladora e Controlada são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com a Controlada registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não exista evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Operações descontinuadas

O resultado das operações descontinuadas apresentado no exercício compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a Editora Ática S.A. em 2015.

c) Receitas operacionais

As principais receitas estão relacionadas às atividades do Varejo e correspondem a venda de mercadorias e serviços.

A receita é reconhecida pelo valor que reflete a contrapartida que se espera ter o direito em troca da transferência de mercadorias e/ou serviços para o cliente e sua contabilização é determinada de acordo com o modelo de 5 (cinco) etapas, estabelecido pelo CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes.

As vendas que resultam na concessão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo (“Saraiva Plus”) são contabilizadas como receita diferida pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas, ajustado pela média da margem de venda. O reconhecimento da receita diferida no resultado é realizado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e/ou por expiração do direito de uso dos pontos.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

e) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia, ou o Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se e, somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Os ativos financeiros não derivativos dessa categoria de instrumentos financeiros são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, esses ativos são mantidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos possuem liquidez e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

iii) Passivos financeiros não derivativos – reconhecimento, baixa e mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia, ou Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de taxa efetiva de juros.

f) Contas a receber de clientes e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irrecuperáveis.

As perdas esperadas para os títulos a receber, vencidos e a vencer e recebíveis de cartão de crédito são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, o histórico de perdas.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

g) Estoques de mercadorias para revenda

Registrados pelo custo médio de aquisição e, quando aplicável, deduzidos de perdas com obsolescência para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior.

As perdas com obsolescência do estoque de mercadorias para revenda do Varejo são estimadas e reconhecidas para itens sem movimentação ou baixo giro, obsoletos e para os itens que não apresentarem condição de venda, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração de acordo com critérios estabelecidos na política interna para obsolescência de estoques.

h) Investimentos

Os investimentos em controlada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Controladora. O lucro não realizado decorrente das operações comerciais da Controladora com a Controlada é eliminado por meio de equivalência patrimonial (Nota explicativa nº10).

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas para redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (Nota explicativa nº 11). As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Companhia e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois, o menor (Nota explicativa nº 11).

Os encargos financeiros dos empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, dado que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2) (Nota explicativa nº12).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, assim reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j) Intangível

Adquiridos separadamente:

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada.

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos. A amortização é linear, pelo prazo de locação e não se aplica ao valor residual, quando existente.

Gerados internamente:

Os gastos com atividades de pesquisa, quando realizadas são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

k) Avaliação do valor recuperável dos ativos

i. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Controladora e a empresa controlada em condições que a Controladora e a empresa controlada não considerariam em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e o Varejo consideram evidência de perda de valor de ativos, mensurados pelo custo amortizado, tanto individualmente como em conjunto. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados para identificar a perda por redução ao valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentaram perda de valor é realizada, então, a avaliação conjunta para identificação de qualquer perda, ainda não identificada na avaliação individual. Para os ativos que não são individualmente significativos, a avaliação é realizada em conjunto com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável para o conjunto de ativos, a Companhia e o Varejo utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e o Varejo consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda estimada, tal redução é revertida por meio do resultado.

Investida contabilizada pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e do Varejo, exceto estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e o valor contábil ajustado ao valor recuperável, se aplicável. No caso dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente, independentemente de indicação de perda.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs), majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos necessários para vendê-lo. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente com uso de uma taxa de desconto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável dos ativos são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício pelo prazo de vigência dos contratos.

m) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

n) Provisões

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando há uma obrigação presente e a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 17.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

o) Arrendamento mercantil – passivo de arrendamento

Os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2) (Nota explicativa nº 12)

p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

- Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, pelas alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis; e compensado por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado para o exercício.

- Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias da Companhia e do Varejo. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados, exceto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

q) Receita diferida – programa de fidelização de clientes

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica “receita diferida - programa de fidelização” pelo valor dos pontos acumulados, ajustado pela média da margem de venda. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização pelos clientes do seu direito de uso dos créditos – Bônus, assim como, pela efetiva expiração do Bônus.

O valor de cada ponto é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao Bônus e ajustado pela média do custo da mercadoria vendida. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 16 de junho de 2017, os pontos conquistados por meio das compras têm validade de 12 meses e a cada 500 pontos o cliente adquire o direito ao Bônus e recebe um voucher no valor de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras realizadas de qualquer produto nas lojas e no comércio eletrônico do Varejo.

r) *Benefícios a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se houver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e ainda, se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

s) *Remuneração baseada em ações*

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Companhia e do Varejo, quando aplicável é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga e registrado pelo método linear como despesa no resultado durante o prazo no qual o direito é adquirido.

t) *Dividendos e juros sobre o capital próprio*

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Companhia que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Companhia. Por outro lado, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica “Dividendos Adicionais Propostos”.

u) *Apresentação do lucro líquido por ação*

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33) (Nota explicativa nº 25).

v) *Receitas financeiras e despesas financeiras*

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e impostos a recuperar; e juros passivos e variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos e impostos a recolher. Os juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as variações monetárias e cambiais, de acordo com as taxas vigentes nas datas de encerramento do exercício.

w) Informação por segmento

Os resultados por segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação. O único segmento em operação é o denominado Varejo.

x) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

y) Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC

<u>NORMAS</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>VIGÊNCIA</u>
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes	1/1/2023
Alterações à IAS 1 e Declaração de Práticas IFRS 2	Divulgação de políticas contábeis.	1/1/2023
Alterações à IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1/1/2023
Alterações à IAS 12	Tributos diferidos relacionados ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1/1/2023
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual. Trata de esclarecimentos referentes a estrutura conceitual, sem mudanças relevantes. A Controladora e sua controlada avaliam que não há impactos.	1/1/2022
Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido. Trata da proibição da dedução do custo do imobilizado de qualquer venda de itens produzidos internamente enquanto a Companhia está preparando o ativo para o uso pretendido. A Controladora e sua controlada avaliam que não há impactos.	1/1/2022
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato. A Controladora e sua controlada estão avaliando possíveis impactos.	1/1/2022

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Caixa e bancos - conta movimento	<u>7.550</u>	<u>121</u>	<u>8.022</u>	<u>28.603</u>

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Títulos a receber	691	3.988
Recebíveis de cartão de crédito e débito	<u>407</u>	<u>3.736</u>
	1.098	7.724
Perda esperada	<u>(388)</u>	<u>(391)</u>
	<u>710</u>	<u>7.333</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo (“títulos a receber”) é de 11 dias (18 dias em 31 de dezembro de 2020). As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes adquirentes: PagSeguro, Rede, Cielo e Sodexo.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Composição dos saldos por vencimento:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
A vencer	407	4.240
Vencidos:		
Até 60 dias	166	836
De 61 a 90 dias	73	368
De 91 a 180 dias	374	1.886
Acima de 180 dias	<u>78</u>	<u>394</u>
	<u>1.098</u>	<u>7.724</u>

As contas a receber de clientes do Varejo estão representadas, em sua maior parte, por recebíveis em cartões de crédito e débito, cujas perdas são originadas por cancelamento das vendas, ou *charge back*, seja por não reconhecimento da compra por parte do titular do cartão, seja por fraude na utilização de cartões. As perdas esperadas relacionadas com o recebimento de cartões utilizam como base para sua estimativa as vendas realizadas e o histórico de perdas e são ajustadas pelo recebimento dos créditos. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa para os títulos a receber são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, créditos vencidos há mais de 180 dias e evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. Não foram identificadas outras perdas relevantes na análise de *impairment* dos recebíveis.

O valor consolidado das perdas registradas no resultado são respectivamente: R\$220 e R\$299 para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Mercadorias para revenda	25.170	51.245
(-) Perda com obsolescência	<u>(6.318)</u>	<u>(5.596)</u>
	<u>18.852</u>	<u>45.649</u>

Mercadorias recebidas em consignação

O Varejo possui volume expressivo de mercadorias recebidas em consignação da categoria Livros, equivalentes a R\$28.039 (R\$41.961 em 31 de dezembro de 2020). O estoque consignado é registrado em rubricas específicas de controle para apropriação do custo das mercadorias vendidas e dos montantes a pagar sob essa forma contratual, de tal modo que os estoques apresentados nas demonstrações contábeis reflitam apenas as mercadorias adquiridas por compra firme. O custo das vendas de mercadorias é apropriado ao resultado para cada unidade vendida, na data da venda, indistintamente se as mercadorias foram recebidas em consignação ou adquiridas em compra firme.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R\$2.086. No período entre 1 de janeiro de 2022 e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R\$886.

Perda com obsolescência de estoques

As perdas com obsolescência nas operações do Varejo são estimadas para os grupos de itens similares do estoque em que houve evidência de que o valor líquido de realização das mercadorias, pela sua venda durante o curso normal dos negócios será inferior ao valor de custo, por deterioração, obsolescência, baixo giro ou por ausência de movimentação de acordo com critérios estabelecidos na política de perdas com obsolescência dos estoques, adotada pela Companhia. A provisão constituída no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$722 está relacionada, substancialmente, aos baixos volumes de vendas e compras no período de maior impacto da pandemia.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (ii)	1.606	1.687	37.687	7.681
Programa de Integração Social - PIS (ii)	11	25	7.686	1.598
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (iii)	1.306	2.033	4.039	7.706
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSLL (iii)	2.031	1.968	5.005	4.716
Imposto sobre Circulação de Mercadorias				
e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	-	47.670	55.656
Outros	179	179	262	531
	<u>5.133</u>	<u>5.892</u>	<u>102.349</u>	<u>77.888</u>
Ativo circulante	179	179	50.083	33.309
Ativo não circulante	4.954	5.713	52.266	44.579
	<u>5.133</u>	<u>5.892</u>	<u>102.349</u>	<u>77.888</u>

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração estimou perda na realização de créditos tributários no montante total de R\$275.961 (197.764 em 31 de dezembro de 2020).

- (i) ICMS e ICMS por substituição tributária (ICMS ST) das operações comerciais e de abastecimento do Varejo, no montante de R\$47.670 de ICMS (R\$55.656, em 31 de dezembro de 2020), líquidos de provisão para perda do valor realizável no montante de R\$38.986 (R\$45.777 em 31 de dezembro de 2020). Em 17 de março de 2021, o Varejo foi formalmente notificado sobre o deferimento do processo administrativo para ressarcimento do crédito acumulado de ICMS por meio do sistema e-CredAc e, em 1 de novembro de 2021, sobre a liberação do montante do crédito em conta corrente do referido sistema onde devem ser realizados os pedidos de transferência das parcelas do crédito acumulado à terceiros interdependentes, nos termos do deferimento do processo administrativo, tendo sido aprovado o primeiro pedido de transferência em 14 de dezembro de 2021.
- (ii) Representado, substancialmente, por créditos das contribuições PIS/COFINS, originados nas operações do Varejo, no montante de R\$43.756 (R\$7.568 em 31 de dezembro de 2020), líquidos de perda ao valor de realização de R\$236.975 (R\$151.987 em 31 de dezembro de 2020), apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 a 2021, não compensados até a data de encerramento do exercício com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

O Varejo obteve o trânsito em julgado entre dezembro de 2018 e setembro de 2020 para as quatro ações judiciais que discutiram a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições PIS e COFINS, objeto de julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral – RE 574.706/PR, que decidiu que o ICMS não compõe o faturamento ou receita bruta das empresas e, portanto, deve ser excluído da base de cálculo das referidas contribuições.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou os embargos de declaração apresentados pela Procuradoria da Fazenda Nacional estabelecendo a modulação dos efeitos da decisão do RE 574.706/PR. Por maioria de votos concluiu-se pela exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais da base de cálculo das contribuições PIS/COFINS aplicável de forma retroativa para os contribuintes que ajuizaram ações até 15 de março de 2017, como é o caso da controlada. O montante estimado, originalmente nos termos da Solução COSIT 13/18, de R\$5.688 em 31 de dezembro de 2020, líquido de perda ao valor de realização de R\$8.532, foi ajustado para R\$40.080, líquido de perda ao valor de realização de R\$93.520. A Administração do Varejo avalia as alternativas de realização e segue com o procedimento judicial para liquidação de sentença e posterior execução da decisão judicial por meio de precatórios, representados por créditos resultantes das apurações anuais do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, recolhidos pelo regime de estimativa. O varejo celebrou em 24 de novembro de 2021, Instrumento Particular de Promessa de Cessão de Crédito, ratificado em Assembleia Geral em 15 de dezembro de 2021 e que tem por objeto a cessão dos créditos originados das referidas ações judiciais do Varejo.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Companhia e no Varejo sobre diferenças temporárias, foi considerada até o limite dos passivos fiscais diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias.

O montante consolidado de Prejuízos fiscais e Bases negativas de CSLL em 31 de dezembro de 2021 que poderá ser utilizado para a compensação de bases tributáveis e/ou o pagamento de passivos tributários, nos termos da legislação vigente sobre o uso de prejuízos fiscais e bases negativas é de R\$855.406 (R\$787.685, em 31 de dezembro de 2020), correspondente a um crédito fiscal de R\$290.345 (R\$267.331 em 31 de dezembro de 2020).

Os créditos fiscais originados do imposto de renda – IR e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL calculados, respectivamente sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL da Companhia e do Varejo foram revertidos por não existir histórico de lucro tributável, ou evidências de lucros tributáveis no futuro, nos termos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

c) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	26.501	(412.082)	26.503	(412.115)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(9.010)	140.108	(9.011)	140.119
Adições / Exclusões permanentes - despesas não dedutíveis	-	(11)	15.359	(13.992)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	9.475	(138.393)	-	-
Créditos fiscais não registrados	<u>(465)</u>	<u>(1.704)</u>	<u>(6.348)</u>	<u>(126.127)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

9. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos de mútuo

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada

As transações com as partes relacionadas compreendem reembolso de despesas da controlada e empréstimo de mútuo.

Empréstimos de mútuo concedidos para a controlada:

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Saldos no início do exercício	61.875	-
Empréstimos concedidos	23.454	69.701
Pagamentos efetuados	(37.465)	(8.799)
Receitas financeiras	<u>2.626</u>	<u>973</u>
Saldos no fim do exercício	<u>50.490</u>	<u>61.875</u>

b) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Pró-labore do conselho de administração	1.080	926	1.108	1.004
Pró-labore da diretoria	<u>18</u>	<u>15</u>	<u>746</u>	<u>544</u>
Subtotal	1.098	941	1.854	1.548
Outras remunerações	<u>265</u>	<u>230</u>	<u>463</u>	<u>406</u>
	<u><u>1.363</u></u>	<u><u>1.171</u></u>	<u><u>2.317</u></u>	<u><u>1.954</u></u>

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

10. INVESTIMENTOS (PROVISÃO PARA PERDA COM INVESTIMENTO EM CONTROLADA)

Participação no Varejo e suas principais informações:

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Quantidade de ações do capital social - milhares	489.666	489.666
Quantidade de ações possuídas - milhares	489.626	489.626
Participação no capital social	99,99%	99,99%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Controladora (inclui créditos com o Varejo)	100,00%	100,00%
Capital social	515.123	515.123
Patrimônio líquido	<u>(527.049)</u>	<u>(554.919)</u>
Provisão para perda com investimento	<u><u>(527.006)</u></u>	<u><u>(554.874)</u></u>

Base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Resultado do Varejo	<u>27.870</u>	<u>(407.072)</u>
Equivalência patrimonial	<u>27.868</u>	<u>(407.039)</u>

Alterações registradas nas contas de investimentos:

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Participação no resultado do Varejo	27.868	(407.039)
Parcela excedente do saldo contábil da participação transferida para o passivo não circulante	<u>(27.868)</u>	<u>407.039</u>
Saldo no fim do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

Principais informações do Varejo:

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Ativo total	220.878	291.051
Passivo circulante e não circulante	747.927	845.970
Patrimônio líquido	(527.049)	(554.919)
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Receita operacional líquida	88.883	246.325
Custo das mercadorias e serviços vendidos	<u>(53.537)</u>	<u>(170.234)</u>
Lucro bruto	35.346	76.091
Despesas operacionais	(75.928)	(172.719)
Depreciações	(19.142)	(43.138)
Outras	<u>70.663</u>	<u>(237.318)</u>
Resultado operacional	10.939	(377.084)
Resultado financeiro	<u>16.931</u>	<u>(29.988)</u>
Resultado antes dos impostos	<u>27.870</u>	<u>(407.072)</u>
Lucro (prejuízo) líquido	<u>27.870</u>	<u>(407.072)</u>

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora					
		31/12/21			31/12/20		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	679	(679)	-	679	(679)	-
Móveis, utensílios e instalações	10	2.490	(2.403)	87	2.490	(2.359)	131
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.421	(5.408)	13	5.421	(5.399)	22
Equipamentos de informática	20	12.387	(12.387)	-	12.387	(12.387)	-
		<u>20.977</u>	<u>(20.877)</u>	<u>100</u>	<u>20.977</u>	<u>(20.824)</u>	<u>153</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado					
		31/12/21			31/12/20		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	1.050	(1.049)	1	1.080	(1.079)	1
Móveis, utensílios e instalações	10	26.757	(24.169)	2.588	28.599	(24.727)	3.872
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	59.678	(55.744)	3.934	70.306	(63.837)	6.469
Equipamentos de informática	20	32.835	(32.076)	759	33.564	(31.824)	1.740
Direito de uso em Arrendamento		113.333	(40.052)	73.281	135.630	(34.098)	101.532
Imobilizado em andamento	-	6	-	6	-	-	-
		<u>233.659</u>	<u>(153.090)</u>	<u>80.569</u>	<u>269.179</u>	<u>(155.565)</u>	<u>113.614</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

	<u>Controladora</u>		
	<u>31/12/20</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/21</u>
Custo:			
Máquinas e equipamentos	679	-	679
Móveis, utensílios e instalações	2.490	-	2.490
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.421	-	5.421
Equipamentos de informática	<u>12.387</u>	-	<u>12.387</u>
Total do custo	<u>20.977</u>	-	<u>20.977</u>
Depreciação acumulada:			
Máquinas e equipamentos	(679)	-	(679)
Móveis, utensílios e instalações	(2.359)	(44)	(2.403)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(5.399)	(9)	(5.408)
Equipamentos de informática	<u>(12.387)</u>	-	<u>(12.387)</u>
Total da depreciação	<u>(20.824)</u>	<u>(53)</u>	<u>(20.877)</u>
Valor líquido	<u>153</u>	<u>(53)</u>	<u>100</u>

	Consolidado				31/12/21
	31/12/20	Adições	Baixas	Perda por redução ao valor recuperável	
Custo:					
Máquinas e equipamentos	1.080	-	(5)	(25)	1.050
Móveis, utensílios e instalações	28.599	-	(1)	(1.841)	26.757
Benfeitorias em imóveis de terceiros	70.306	198	(1.889)	(8.937)	59.678
Equipamentos de informática	33.564	5	(75)	(659)	32.835
Direito de uso em arrendamento	135.630	22.578	(26.193)	(18.682)	113.333
Imobilizado em andamento	-	6	-	-	6
Total do custo	269.179	22.787	(28.163)	(30.144)	233.659
Depreciação acumulada:					
Máquinas e equipamentos	(1.079)	-	5	25	(1.049)
Móveis, utensílios e instalações	(24.727)	(949)	3	1.504	(24.169)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(63.837)	(2.016)	1.880	8.229	(55.744)
Equipamentos de informática	(31.824)	(956)	79	625	(32.076)
Direito de uso em arrendamento	(34.098)	(17.053)	6.694	4.405	(40.052)
Total da depreciação	(155.565)	(20.974)	8.661	14.788	(153.090)
Valor líquido	113.614	1.813	(19.502)	(15.356)	80.569

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. A Administração realizou a revisão das estimativas contábeis utilizadas para determinar o valor recuperável dos ativos relacionados às lojas da rede. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, foi estimada perda por redução ao valor recuperável dos ativos do Varejo, no montante de R\$993, líquidos da remensuração do passivo de arrendamento no montante R\$14.363 (R\$6.042 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, líquidos da remensuração do passivo de arrendamento no montante de R\$127.327).

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Empréstimos e financiamentos		
Em moeda nacional:		
Empréstimos para capital de giro	171.046	156.020
Arrendamento financeiro	<u>7.291</u>	<u>6.998</u>
	<u>178.337</u>	<u>163.018</u>
Financiamento por arrendamento		
Em moeda nacional:		
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	<u>83.542</u>	<u>113.659</u>
	<u>261.879</u>	<u>276.677</u>
Passivo circulante	48.554	52.816
Passivo não circulante	<u>213.325</u>	<u>223.861</u>
	<u>261.879</u>	<u>276.677</u>

Empréstimos e financiamentos contratados

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2017	Mar/2023	Aval Controladora, Imóvel e Aplicação Financeira	R\$ 120.000	TR + 0,8% a.m.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2017	Mar/2023	Aval Controladora	R\$ 15.000	TR + 0,8% a.m.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2019	Mar/2023	Aval Controladora	R\$ 1.358	TR + 0,8% a.m.
Banco Itaú S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2019	Mai/2022	Aval Controladora	R\$ 16.640	100% CDI a.a. + 3% a.a.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Set/2023	Bem arrendado	R\$ 10.709	100% CDI a.a. + 0,37% a.m.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Mar/2017	Mar/2023	Bem arrendado	R\$ 6.451	100% CDI a.a. + 0,34% a.m.
SG Equipment Finance S/A	Software e manutenção	Leasing	Dez/2014	Fev/2024	Bem arrendado	R\$ 12.223	-

Os empréstimos com o Banco do Brasil no montante de R\$156.204 (R\$142.221 em 31 de dezembro de 2020), incluídos na rubrica Empréstimos para capital de giro, foram cedidos pelo Banco do Brasil para a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. (Nota explicativa nº 31) e estão representados por Crédito da Classe III, no Processo de Recuperação Judicial (Nota explicativa nº 30).

Movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

Descrição	31/12/20	Adições (Baixas)	Encargos	Pagamentos	Remensuração	31/12/21
				principal e juros	do passivo de arrendamento	
Empréstimos - capital de giro	156.020	-	15.900	(874)	-	171.046
Arrendamento financeiro	6.998	-	559	(266)	-	7.291
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	<u>113.659</u>	<u>3.079</u>	<u>6.744</u>	<u>(25.577)</u>	<u>(14.363)</u>	<u>83.542</u>
	<u>276.677</u>	<u>3.079</u>	<u>23.203</u>	<u>(26.717)</u>	<u>(14.363)</u>	<u>261.879</u>

Arrendamentos Mercantis – CPC 06 (R2)

A Companhia e o Varejo adotaram a partir de 1 de janeiro de 2019, a forma de reconhecimento e mensuração de seus contratos de arrendamento mercantil de acordo com o CPC 06(R2). A Companhia não possui contratos de arrendamento mercantil incluídos na mensuração do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento do Varejo é reconhecido pelo valor presente das obrigações contratuais na data de contratação dos aluguéis em contrapartida do direito de uso, registrado em conta do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é linear pelo prazo médio estimado de permanência nos estabelecimentos locados pelo Varejo, de acordo com cada contrato. A depreciação incorrida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$17.053 (Nota explicativa 11).

Os juros incorridos pelo passivo de arrendamento foram calculados pela taxa incremental de empréstimos que seria obtida em operação similar, considerando a condição econômica do Varejo, equivalente a 8,53% a.a. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram incorridas despesas financeiras sobre o passivo de arrendamento no montante de R\$6.744 (R\$6.064 em 31 de dezembro de 2020).

Informações sobre os arrendamentos mercantis:

Cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/21</u>
Até 1 ano	20.289
De 1 ano a 5 anos	61.105
Mais que 5 anos	<u>21.348</u>
Total	<u><u>102.742</u></u>

Direito potencial de Pis e Cofins

A Companhia possui o direito potencial de Pis e Cofins a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de plantas industriais e outros. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de Pis e Cofins apresentados no quadro a seguir:

	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a</u> <u>valor presente</u>
Contraprestação arrendamento	102.742	(83.542)
PIS/COFINS potencial (9,25%)	<u>(8.699)</u>	<u>7.073</u>
	<u><u>94.043</u></u>	<u><u>(76.469)</u></u>

Efeitos inflacionários

A Companhia adotou como política contábil os requisitos da NBC TG 06 (R3) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, com base no fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. A Administração avaliou os impactos da utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos da NBC TG 06 (R3) e para atender as orientações da CVM, são fornecidos os saldos do ativo de direito de uso, depreciação, passivos de arrendamento e despesa financeira sem inflação denominados fluxo real, e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação denominados fluxo inflacionado. As demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos inflacionados possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis.

<u>Ativos de direito de uso</u>		<u>Passivos de arrendamento</u>	
	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>
<u>Fluxo real</u>	<u>31/12/21</u>	<u>Fluxo real</u>	<u>31/12/21</u>
Direito de uso	113.333	Passivo de arrendamento	(60.944)
Depreciação	<u>(40.052)</u>	Despesas financeiras (a incorrer)	<u>(22.598)</u>
	<u>73.281</u>		<u>(83.542)</u>
	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>
<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>31/12/21</u>	<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>31/12/21</u>
Direito de uso	119.431	Passivo de arrendamento	(64.223)
Depreciação	<u>(42.207)</u>	Despesas financeiras (a incorrer)	<u>(23.814)</u>
	<u>77.224</u>		<u>(88.037)</u>

Outras informações sobre os arrendamentos mercantis

Direito de uso em arrendamento

Saldo inicial – 31/12/20	101.532
Adições / baixas	3.079
Amortização	(17.053)
Remensuração do ativo de arrendamento	<u>(14.277)</u>
Saldos em 31/12/21	<u>73.281</u>

Passivo de arrendamento

Saldo inicial – 31/12/20	113.659
Juros incorridos	6.744
Pagamentos realizados	(25.577)
Adições / baixas	3.079
Remensuração do passivo de arrendamento	<u>(14.363)</u>
Saldos em 31/12/21	<u><u>83.542</u></u>

As informações sobre as despesas variáveis com arrendamentos mercantis não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento da Companhia e do Varejo, estão apresentadas na nota explicativa nº 24.

13. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos, que, acumulados segundo as regras do programa, poderão ser utilizados como crédito para o pagamento em compras futuras. A cada 500 pontos (Bônus) conquistados por meio de compras o cliente recebe um voucher de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os vouchers emitidos e não utilizados têm o direito de uso expirado no prazo de três meses. Os pontos adquiridos que não acumulam 500 pontos, expiram em um prazo de 12 meses. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização é registrada em receita diferida, no passivo circulante, pelo valor dos pontos acumulados, de acordo com as regras de acumulação. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos vouchers adquiridos pelos clientes e pela efetiva expiração do direito de uso dos vouchers e dos pontos que não acumularam Bônus.

Em 31 de dezembro de 2021, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$1.258 (R\$997 em 31 de dezembro de 2020).

14. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Fornecedor - nacional	1.145	1.254	69.051	104.148
Fornecedor - exterior	-	-	229	246
	<u>1.145</u>	<u>1.254</u>	<u>69.280</u>	<u>104.394</u>

Composição dos saldos por vencimento:

	Consolidado	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
A vencer	16.600	22.361
Vencidos:		
Até 60 dias	1.966	5.079
De 61 a 90 dias	1.313	1.636
De 91 a 180 dias	4.006	15.720
Acima de 180 dias	<u>45.395</u>	<u>59.598</u>
	<u>69.280</u>	<u>104.394</u>

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	113	92
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	121	131	428	386
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	43	33	95	101
Programa de Integração Social - PIS	3	-	3	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	21	-	21	-
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	18	17
Parcelamento Débitos Previdenciários	-	-	445	-
Parcelamento de tributos - Estaduais (a)	-	-	819	1.368
Outros	-	1	104	91
	<u>188</u>	<u>165</u>	<u>2.046</u>	<u>2.055</u>
Passivo circulante	188	165	1.297	1.190
Passivo não circulante	-	-	749	865
	<u>188</u>	<u>165</u>	<u>2.046</u>	<u>2.055</u>

(a) Parcelamentos ordinários instruídos nos Estados de Santa Catarina e Minas Gerais, relacionados a autos de infração de ICMS. O montante pago no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$539 (R\$497 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020).

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora			
	<u>31/12/20</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/21</u>
Férias	249	(192)	(7)	50
13º salário	-	-	-	-
Salários a pagar	49	1.104	(1.006)	147
FGTS a recolher	20	(15)	(1)	4
INSS a recolher	82	171	(222)	31
	<u>400</u>	<u>1.068</u>	<u>(1.236)</u>	<u>232</u>

	Consolidado			
	<u>31/12/20</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/21</u>
Férias	2.364	1.104	(1.906)	1.562
13º salário	-	1.176	(1.176)	-
Salários a pagar	1.903	14.068	(15.189)	782
FGTS a recolher	339	1.563	(1.585)	317
INSS a recolher	1.164	3.837	(4.141)	860
	<u>5.770</u>	<u>21.748</u>	<u>(23.997)</u>	<u>3.521</u>

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia e do Varejo, por meio do trabalho de revisão periódica sobre o andamento dos processos judiciais e administrativos, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos sobre o prognóstico de perda considerando as movimentações ocorridas no curso dos processos e/ou baseada em decisões recentes dos tribunais, nos âmbitos judicial e administrativo acerca de temas similares aos da Companhia e Varejo, reverteu parte da provisão para perda no montante de R\$79.147 (R\$19.330 na Companhia e R\$59.877 no Varejo).

Composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:

Provisões

	<u>Controladora</u>		
	<u>Constituição</u>		
	<u>31/12/20</u>	<u>/(Reversão)</u>	<u>31/12/21</u>
Contingências tributárias (a)	57.119	(18.177)	38.942
Contingências trabalhistas	4.346	(2.088)	2.258
Contingências cíveis	<u>695</u>	<u>934</u>	<u>1.629</u>
	<u>62.160</u>	<u>(19.331)</u>	<u>42.829</u>
	<u>Consolidado</u>		
	<u>Constituição</u>		
	<u>31/12/20</u>	<u>/(Reversão)</u>	<u>31/12/21</u>
Contingências tributárias (a)	222.652	(83.114)	139.538
Contingências trabalhistas	8.666	384	9.050
Contingências cíveis	13.484	3.489	16.973
PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	<u>2.346</u>	<u>94</u>	<u>2.440</u>
	<u>247.148</u>	<u>(79.147)</u>	<u>168.001</u>

- (a) Inclui a constituição de provisões cuja probabilidade de perda foi estimada como provável pelos assessores jurídicos da Companhia e do Varejo, sendo as mais relevantes:
- i. Constituição de provisão no montante de R\$67.159, relacionada a apropriação de créditos das contribuições PIS/COFINS sobre despesas operacionais consideradas essenciais à atividade do Varejo;
 - ii. Ações judiciais da Companhia e do Varejo, que discutem com o Banco do Brasil a atualização monetária dos depósitos judiciais requeridos pela RFB, no montante estimado de R\$44.414 para garantir ações judiciais que discutiram a majoração da alíquota da COFINS, cujo trânsito em julgado, resultou em favor da RFB;
 - iii. Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.354, envolvendo contribuições previdenciárias;
 - iv. Autos de infração e imposição de multa para o Varejo, referente à cobrança de ICMS, no montante de R\$4.766.

Depósitos judiciais

	<u>Controladora</u>		
	<u>Acréscimo/</u>		
	<u>31/12/20</u>	<u>(Baixa)</u>	<u>31/12/21</u>
PIS/COFINS (a)	1.004	14	1.018
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	3.723	133	3.856
Processos judiciais trabalhistas	<u>624</u>	<u>-</u>	<u>624</u>
	<u>11.417</u>	<u>147</u>	<u>11.564</u>
	<u>Consolidado</u>		
	<u>Acréscimo/</u>		
	<u>31/12/20</u>	<u>(Baixa)</u>	<u>31/12/21</u>
PIS/COFINS (a)	1.004	14	1.018
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	16.021	1.380	17.401
Processos judiciais trabalhistas	<u>3.315</u>	<u>97</u>	<u>3.412</u>
	<u>26.406</u>	<u>1.491</u>	<u>27.897</u>

- (a) Ações judiciais impetradas pela Companhia e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, instituídas pela Lei 9.718/98. As ações tiveram o trânsito em julgado em favor das empresas e a liberação dos depósitos aguardam processamento.
- (b) Inclui o montante de R\$9.010 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originados em liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS nos processos de importação do leitor digital – LEV.

Passivos contingentes

Em 4 de agosto de 2021 a Companhia e o Varejo, impetraram Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, para reconhecer o direito de não recolher o Imposto de renda – IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, indevidamente incidentes sobre os juros de mora calculados com base na Taxa SELIC originados de recuperações tributárias. Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF concluiu o julgamento do RE nº1.063.187/SC, declarando a inconstitucionalidade da incidência do IR e da CSLL sobre a receita auferida originada dos juros calculados com base na taxa SELIC sobre restituições de tributos. A tese de repercussão geral foi publicada em 30 de setembro de 2021 e abrange os seguintes eventos: i) Restituições fiscais concedidas em ações judiciais; ii) Restituições de impostos decorrentes de pedidos administrativos ajuizados; e iii) Ressarcimento de depósitos efetuados em processos judiciais que discutem recolhimento de tributos.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Varejo reconheceu juros calculados com base na taxa SELIC no montante de R\$47.059 (R\$7.047 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020) sobre os créditos a restituir de PIS/COFINS, originados das ações com trânsito em julgado, que discutiram a exclusão do ICMS de suas bases de cálculo. A Administração da Companhia e sua controlada, avaliam os impactos do julgamento do STF nos demais créditos restituíveis.

A Administração da Companhia e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$335.439, sendo R\$185.071 para a Companhia e R\$150.368 para o Varejo (R\$482.206 em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$248.120 para a Companhia e R\$234.086 para o Varejo).

Composição dos principais passivos (Consolidado) com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis:

Natureza dos Processos	Objeto	31/12/21	31/12/20
TRIBUTÁRIA	Autos de infração, processos administrativos de impugnação de ações judiciais. Inclui Auto de Infração e Imposição de Multa envolvendo contribuições previdenciárias da Companhia no montante de R\$7.404, com prognóstico de perda provável para parte do débito, mas que, no entanto, não atende o requerimento previsto no CPC 25 no que se refere a possibilidade de realizar uma estimativa confiável do valor de perda provável da obrigação.	295.683	435.666
CÍVEL	Ações renovatórias e outros processos com objetivos variados	33.438	35.920
TRABALHISTA	Ações relacionadas a responsabilidade de vínculo empregatício em contratos de prestação de serviço	6.318	10.620
TOTAL		335.439	482.206

18.

19. PASSIVO A DESCOBERTO

a) Capital social

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2020, re-ratificada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2020, foi deliberada (i) a homologação parcial do aumento de capital deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de novembro de 2019, com a emissão de 12.244.309 novas ações (8.998.528 ações ordinárias e 3.245.781 ações preferenciais), correspondentes ao montante de R\$17.754, passando o capital social da Companhia de R\$282.999 para R\$300.753, e (ii) uma nova emissão de bônus de subscrição da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, conforme disposto no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia e em complemento à emissão de bônus de subscrição deliberada pelo CA em 03/11/2019.

Em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 26/06/20, 31/07/20, 28/08/20, 05/10/20 e 11/12/20, foram deliberados aumentos de capital por meio do exercício de bônus de subscrição, com emissão de 24.161.925 novas ações (4.832.385 ações ordinárias e 19.329.540 ações preferenciais), correspondentes ao montante de R\$1.223, passando o capital social da Companhia de R\$300.753 para R\$301.976.

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 22 de novembro de 2021, foram aprovadas por unanimidade dos acionistas presentes: i) o grupamento das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, ambas na proporção de 35 para 1; e ii) a majoração do limite do capital autorizado da Companhia para 10.000.000 (dez milhões) de ações. Em 31 de dezembro de 2021, após o grupamento das ações o capital social da Controladora, no montante de R\$301.976 (R\$301.976 em 31 de dezembro de 2020), está representado por 1.811.719 ações, sendo 671.819 ordinárias e 1.139.900 preferenciais (63.410.194 ações em 31 de dezembro de 2020, sendo 23.513.669 e 39.896.525, respectivamente) sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, em até 10.000.000 de ações, mesmo que não observada a proporção existente entre as várias espécies ou classes de ação, podendo desse total serem destinadas até 14.285 ações para outorga de opções de compra a seus administradores ou empregados, ou pessoas naturais que prestem serviços a ela ou a sociedade controlada de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral.

As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do Poder de Controle da Companhia, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.

- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.
- Direito de serem incluídos em oferta pública de aquisição de ações em decorrência da Alienação de Controle da Companhia, nos termos do estatuto.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Bônus de subscrição

Nos termos da cláusula 11.6 do Plano de Recuperação Judicial Original, homologado em 4 de setembro de 2019, os credores da Subclasse Credores Fornecedores Incentivadores, que assim optarem no Termo Credor Incentivador – cláusula 11.2.1, do referido plano, farão jus ao recebimento de Bônus de Subscrição que conferirá aos seus titulares o direito de adquirir determinada quantidade de ações representativas do capital social da Companhia, sendo que quaisquer recursos recebidos pela Companhia em decorrência da emissão ou exercício dos Bônus de Subscrição, inclusive em caso do exercício do direito de preferência pelos acionistas, deverão ser integral e prioritariamente destinados à amortização extraordinária da dívida com os Credores Fornecedores Incentivadores.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram emitidos e utilizados para amortização da dívida 5.816.587 bônus, correspondentes a 29.082.935 ações (5.816.587 ações ordinárias e 23.266.348 ações preferenciais), equivalentes ao montante de R\$54.835.

c) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 448 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R\$233, com valor de mercado de R\$6 (R\$13,66 por ação - cotação em 30/12/21).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Companhia não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 22 de julho de 2021, por decisão do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, foi homologada a venda definitiva dos ativos da unidade operacional de Guarulhos, cuja autorização havia sido reformada em acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 4 de novembro de 2020. Em consequência, o saldo de R\$11.279, líquido de impostos diferidos de R\$5.810, que representava o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, foi totalmente baixado.

f) Participação de não controladores:

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Saldos no início do exercício	(45)	(12)
Participação no resultado do exercício	<u>2</u>	<u>(33)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>(43)</u>	<u>(45)</u>

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Receita operacional líquida:		
Venda de mercadorias e serviços	92.279	256.353
(-) Impostos incidentes	(2.022)	(7.820)
(-) Devoluções	(1.113)	(4.590)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	<u>(261)</u>	<u>2.382</u>
	<u>88.883</u>	<u>246.325</u>

21. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Mercadorias	-	-	(53.537)	(170.234)
Despesa com pessoal e encargos	(85)	(161)	(27.939)	(75.410)
Honorários dos administradores	(1.098)	(941)	(1.854)	(1.548)
Propaganda e publicidade	-	-	77	(5.743)
Arrendamento mercantil - parcela variável	-	-	989	(1.043)
Publicações legais	(224)	(245)	(295)	(364)
Condomínio e fundos de promoção	-	-	(7.985)	(13.436)
Fretes e embalagens	-	-	(3.843)	(16.013)
Manutenção de instalações, máquinas e equipamentos	-	(14)	(2.837)	(10.988)
Serviços de informática	-	-	(9.377)	(8.743)
Locação de máquinas e equipamentos	-	-	(1.507)	(1.157)
Honorários advocatícios	(401)	(217)	(4.592)	(5.202)
Consultoria e assessoria	(1.865)	(1.258)	(4.865)	(4.295)
Outros serviços profissionais	(3)	(1)	(3.914)	(756)
Viagens e estadias	-	-	(10)	(142)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	-	-	(1.207)	(4.443)
Perda com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(220)	(299)
Outras	(2.325)	(1.044)	(12.550)	(27.018)
	<u>(6.001)</u>	<u>(3.881)</u>	<u>(135.466)</u>	<u>(346.834)</u>
Classificadas como:				
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(53.537)	(170.234)
Despesas com vendas	-	-	(49.418)	(113.147)
Despesas gerais e administrativas	<u>(6.001)</u>	<u>(3.881)</u>	<u>(32.511)</u>	<u>(63.453)</u>
	<u>(6.001)</u>	<u>(3.881)</u>	<u>(135.466)</u>	<u>(346.834)</u>

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Resultado na baixa e/ou venda				
de ativo imobilizado, intangível e ágio	-	32	-	(1.967)
Perda por redução ao valor recuperável - ativo imobilizado, intangível e impostos a recuperar	-	4.909	(79.748)	(179.404)
Baixa de créditos tributários	-	-	-	(148)
Baixa de créditos com fornecedores	-	-	(1.648)	(615)
PIS/COFINS s/ outras receitas operacionais e financeiras	(120)	(57)	(1.716)	(5.296)
Cartão "private label"	-	-	(51)	(267)
Provisão para contingências	-	(6.252)	-	(89.096)
Ajustes do plano de recuperação judicial	(84)	-	(219)	(221)
Parcelamento de tributos - estadual	-	-	(1.010)	-
Deferimento pedido de liquidação de débito fiscal com crédito acumulado - e-CredAc	-	-	(5.012)	-
Outras despesas operacionais	(118)	(29)	(117)	(231)
	<u>(322)</u>	<u>(1.397)</u>	<u>(89.521)</u>	<u>(277.245)</u>

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

			Consolidado	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Resultado na venda de ativo permanente	4.073	-	4.107	-
Cartão presente não resgatado, e outros créditos de clientes não reclamados	-	-	12.586	15.698
Constituição de crédito tributário de ação judicial transitada em julgado	-	-	70.694	-
Reversão provisão para contingências	-	-	59.910	-
Venda de saldos - mercadorias obsoletas	-	-	-	850
Despesas recuperadas	-	-	8.032	5.432
Constituição de créditos tributários restituíveis	-	-	5.622	-
Ganho pela baixa de parte da dívida de recuperação judicial por meio de bônus de subscrição	-	-	-	14.822
Outras receitas operacionais	38	-	3.022	1.728
	<u>4.111</u>	<u>-</u>	<u>163.973</u>	<u>38.530</u>

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Receitas financeiras:				
Receitas sobre aplicações financeiras	-	-	91	33
Juros sobre empréstimos a controlada	2.626	973	-	-
Juros recebidos de clientes	-	-	3	3
Juros sobre impostos a recuperar	362	253	49.503	1.064
Descontos financeiros obtidos	-	17	5.262	2.011
AVP - Credores recuperação judicial	7	213	7	1.206
Outros juros e variações ativas	-	-	167	187
	<u>2.995</u>	<u>1.456</u>	<u>55.033</u>	<u>4.504</u>
Despesas financeiras:				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(23.203)	(20.348)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controlada	-	(32)	-	-
AVP - Credores recuperação judicial	(159)	(134)	(9.472)	(9.720)
Descontos financeiros concedidos	-	-	-	(8)
Outros juros e variações passivas	(385)	(5)	(1.932)	(2.193)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	-	(50)	(944)	(730)
Outras comissões financeiras	(217)	(212)	(217)	(214)
Outras despesas financeiras	<u>(1.336)</u>	<u>(729)</u>	<u>(1.436)</u>	<u>(985)</u>
	<u>(2.097)</u>	<u>(1.162)</u>	<u>(37.204)</u>	<u>(34.198)</u>
	<u>898</u>	<u>294</u>	<u>17.829</u>	<u>(29.694)</u>

25. ARRENDAMENTO MERCANTIL – PARCELA VARIÁVEL DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021, o Varejo possuía 36 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, qualificados como arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos em sua maioria, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. O contrato de aluguel das áreas Administrativas do Varejo possui valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). A partir de 1 de janeiro de 2019, o montante registrado na rubrica “Aluguéis”, em despesas operacionais está relacionado à parcela variável dos contratos de locação e dos demais contratos não qualificados na definição de arrendamento prevista no CPC 06(R2).

Despesas com aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar:

	Consolidado	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Arrendamentos mercantis - nota explicativa 20	989	(1.043)

O saldo da rubrica “Arrendamento mercantil - locação de lojas” no passivo circulante em 31 de dezembro de 2021 no consolidado é de R\$24.941 (R\$5.609 em 31 de dezembro de 2020).

26. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O estatuto social da Companhia assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	31/12/21			31/12/21			31/12/21		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro atribuído aos acionistas da Controladora	17.124	29.073	46.197	9.823	16.678	26.501	7.301	12.395	19.696
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico por ação	671	1.140	1.811	671	1.140	1.811	671	1.140	1.811
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	671	1.140	1.811	671	1.140	1.811	671	1.140	1.811
Lucro por ação - básico - R\$	25,52012	25,50534		14,63949	14,63140		10,88042	10,87393	
Lucro por ação - diluído - R\$	25,52012	25,50534		14,63949	14,63140		10,88042	10,87393	
	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	31/12/20			31/12/20			31/12/20		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(155.528)	(264.067)	(419.595)	(152.744)	(259.338)	(412.082)	(2.784)	(4.729)	(7.513)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	19.299	27.425	46.724	19.299	27.425	46.724	19.299	27.425	46.724
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	19.299	27.425	46.724	19.299	27.425	46.724	19.299	27.425	46.724
Prejuízo por ação - básico - R\$	(8,05888)	(9,62886)		(7,91460)	(9,45644)		(0,14428)	(0,17242)	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(8,05888)	(9,62886)		(7,91460)	(9,45644)		(0,14428)	(0,17242)	

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Entre os principais objetivos da gestão do capital realizada pela Administração da Companhia e do Varejo destacam-se: o de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas; e o de manter uma estrutura de capital apropriada para minimizar os custos a ela associados.

Diante dos impactos trazidos pelo Coronavírus (COVID-19), com redução drástica do faturamento pelo fechamento temporário de 100% das lojas físicas desde março de 2020, a Administração apresentou um aditivo ao Plano de Recuperação Judicial aderente à nova realidade econômica do País como forma de prevenção aos impactos da pandemia e preservação da atividade operacional (Nota explicativa 31)

As estruturas de capital da Companhia e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 12), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e passivo a descoberto (nota explicativa nº 18).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Empréstimos e financiamentos e				
credores por recuperação judicial	3.833	3.732	469.857	474.620
(-) Caixa, equivalentes de caixa e mútuo	<u>(58.040)</u>	<u>(61.996)</u>	<u>(8.022)</u>	<u>(28.603)</u>
Dívida líquida	<u>(54.207)</u>	<u>(58.264)</u>	<u>461.835</u>	<u>446.017</u>
Passivo a descoberto	<u>(498.877)</u>	<u>(545.074)</u>	<u>(498.920)</u>	<u>(545.119)</u>
Total	<u>(553.084)</u>	<u>(603.338)</u>	<u>(37.085)</u>	<u>(99.102)</u>

Periodicamente, a Administração da Companhia e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
	Valor <u>Contábil</u>	Valor <u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	7.550	121
Empréstimos e recebíveis		
Partes relacionadas - contrato de mútuo	<u>50.490</u>	<u>61.875</u>
	<u>58.040</u>	<u>61.996</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.145	1.254
Credores por recuperação judicial	<u>3.833</u>	<u>3.732</u>
	<u>4.978</u>	<u>4.986</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
	Valor <u>Contábil</u>	Valor <u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	8.022	28.603
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	<u>710</u>	<u>7.333</u>
	<u>8.732</u>	<u>35.936</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	261.879	276.677
Fornecedores	69.280	104.394
Credores por recuperação judicial	207.978	197.943
Arrendamento mercantil -		
locação de lojas	24.941	5.609
Outras obrigações	<u>1.231</u>	<u>1.146</u>
	<u>565.309</u>	<u>585.769</u>

A Administração da Companhia e do Varejo é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada período.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base em taxas contratuais (nota explicativa nº 12) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; e, portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada período está próximo do valor de mercado.

c) Riscos financeiros

As atividades da Companhia e do Varejo estão expostas aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e ao risco limitado ao valor pago pelo derivativo utilizado como instrumento de proteção a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco da Companhia e do Varejo é realizada segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área Financeira da Companhia e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as áreas operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

As operações da Companhia e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros, substancialmente sobre os empréstimos tomados e aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Saldos que representavam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data de encerramento:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/21</u>
<u>Risco</u>	<u>Valor Contábil</u>
Empréstimos e financiamentos Alta do CDI	<u><u>20.451</u></u>

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Companhia e o Varejo apresentam a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Companhia e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos relevantes.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Eventuais efeitos nos saldos patrimoniais conforme cenários analisados:

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

Operação	Risco	Valores patrimoniais		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI - Varejo				
	Baixa do CDI	<u>(42)</u>	<u>(103)</u>	<u>(201)</u>
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI - Varejo				
	Alta do CDI	<u>(37)</u>	<u>(93)</u>	<u>(186)</u>
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI - Varejo				
	Alta do CDI	<u>(127)</u>	<u>(217)</u>	<u>(370)</u>
Resultado líquido		<u><u>(206)</u></u>	<u><u>(413)</u></u>	<u><u>(757)</u></u>

f) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Companhia e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Diretoria e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Exposição máxima a este risco na data de encerramento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
	Valor	Valor	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	7.550	121	8.022	28.603
Contas a receber de clientes	-	-	710	7.333
	<u>7.550</u>	<u>121</u>	<u>8.732</u>	<u>35.936</u>

Em 31 de dezembro de 2021, o consolidado apresenta saldo de perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$388 (R\$391 em 31 de dezembro de 2020), para cobrir os riscos de crédito.

g) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora continuamente as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Controladora				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	1.145	-	-	-	1.145
Credores por recuperação judicial	255	29	86	8.853	9.223
Operação	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	69.280	-	-	-	69.280
Credores por recuperação judicial	10.114	5.351	16.460	448.894	480.819
Empréstimos e financiamentos	53.999	171.870	66.506	45.932	338.307
Arrendamento mercantil -					
locação de lojas	24.941	-	-	-	24.941
Outras obrigações	1.231	-	-	-	1.231

h) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam às operações da Companhia e do Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as adquirentes de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

i) Linhas de crédito

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Empréstimos:		
Utilizado	171.046	156.020

j) Garantias obtidas

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/21</u>
Cartas de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	<u>9.175</u>

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as cartas de fiança obtidas geraram despesas financeiras de R\$216 (R\$216 em 31 de dezembro de 2020).

k) Valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/21</u>		<u>31/12/21</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>
	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	7.550	7.550	8.022	8.022
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	-	-	710	710
Partes relacionadas - contrato de mútuo	50.490	50.490	-	-
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	261.879	272.297
Fornecedores	1.145	1.145	69.280	69.280
Credores por recuperação judicial	3.833	3.833	207.978	207.978
Arrendamento mercantil -				
locação de lojas	-	-	24.941	24.941
Outras obrigações	-	-	1.231	1.231

Métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.

A Companhia e o Varejo divulgam seus ativos e passivos financeiros ao valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidenciação dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Ativos e passivos da Controladora e do Consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2021:

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>7.550</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.550</u>
<u>Consolidado</u>				
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>8.022</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.022</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, é realizada por meio do único segmento denominado “Varejo”, correspondente ao negócio de varejo de livraria e artigos de papelaria.

29. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado residual das operações do segmento editorial, vendido à Editora Ática S.A. em 2015.

Demonstração de resultados de operações descontinuadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Receitas (despesas) operacionais	<u>19.696</u>	<u>(7.513)</u>	<u>19.696</u>	<u>(7.513)</u>
Resultado das operações descontinuadas	<u>19.696</u>	<u>(7.513)</u>	<u>19.696</u>	<u>(7.513)</u>

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R\$19.696 (R\$7.513 em 31 de dezembro de 2020) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

Fluxo de caixa de operações descontinuadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	<u>21.788</u>	<u>(6.673)</u>	<u>21.788</u>	<u>(6.673)</u>
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	<u>21.788</u>	<u>(6.673)</u>	<u>21.788</u>	<u>(6.673)</u>

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Companhia e do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas dos seguros contratados:

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Lucros cessantes	34.989	40.000
Incêndio - importância máxima	28.469	27.812
Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima	50.000	50.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima		
Execução fiscal	137.242	112.321
Roubo e furto	1.105	1.105
Riscos gerais	19.480	16.280

31. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Administração da Companhia apresentou em 23 de novembro de 2018 pedido de recuperação judicial, cujo Plano foi aprovado em AGE de 29 de agosto de 2018, como forma de enfrentamento dos impactos da crise econômica sobre o mercado editorial. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 1 de agosto de 2019, foi juntada ao processo a revisão do Plano de Recuperação Judicial Original (“PRJ”), apresentado em 4 de fevereiro de 2019, tendo sido homologado em 4 de setembro de 2019. Diante da recorrente dificuldade para geração de caixa das atividades operacionais, agravada pelos impactos da pandemia do Coronavírus sobre o ciclo de vendas do Varejo, com redução drástica do faturamento, a Administração da Companhia e sua controlada submeteu, em 3 de julho de 2020, o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Primeiro Aditamento ao PRJ) à aprovação da Assembleia Geral de credores e à homologação judicial. O Primeiro Aditamento ao PRJ, protocolado no dia 03 de julho de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021, pautado essencialmente, na concretização da alienação das UPI’s Lojas e Site, nos termos do Primeiro Aditamento ao PRJ. Como não houve habilitação de interessados para a aquisição das referidas UPI’s, inviabilizando o cumprimento das obrigações contidas no Primeiro Aditamento ao PRJ em 13 de setembro de 2021, a Companhia apresentou o Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (Segundo Aditamento ao PRJ), que pormenoriza os meios de recuperação, é viável sob o ponto de vista econômico e está baseado em laudos econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos subscritos por empresa especializada e que prevê medidas para a reestruturação das dívidas, para a geração de fluxo de caixa operacional para o pagamento da dívida, assim como, para a geração de recursos necessários à continuidade das atividades, observando a nova realidade das Recuperandas, impactadas pela pandemia da COVID-19.. O Segundo Aditamento ao PRJ foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e será submetido à homologação judicial

Como medidas para a liquidação de parte substancial do passivo estão previstas:

- i) A reestruturação do passivo;
- ii) A preservação de investimentos essenciais para a continuidade operacional; e
- iii) A alienação de UPI's: "Loja Shopping Ibirapuera" e "Direitos Creditórios" em processo competitivo, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ para o levantamento de recursos, que serão destinados ao pagamento de Credores e Credores Não Sujeitos.

Para o caso da alienação das UPI's, há Proposta Vinculante apresentada pela Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., assim definida como Primeiro Proponente e que garantirá a conclusão do processo competitivo, fazendo jus aos direitos e prerrogativas, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ (Nota explicativa nº 31).

Pagamento da dívida

Os Credores Trabalhistas receberão o valor de até R\$ 160 por Credor Trabalhista, limitado ao valor total do Crédito Trabalhista, acrescido de correção monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial desde a Homologação do Segundo Plano Aditivo até a data do efetivo pagamento, em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas. Há previsão de aceleração dos pagamentos após concluído o processo competitivo de alienação da UPI Direitos Creditórios.

O pagamento aos Credores quirografários (Classe III e IV) será feito mediante um pagamento inicial de R\$5 e para o saldo remanescente, estão previstas duas opções: i) Opção A - Conversão em ações, que prevê um deságio de 80% dos créditos remanescentes; ou ii) Opção B – Reperfilamento, que prevê um fluxo de pagamentos trimestrais para o período entre 2022 e 2048, com atualização monetária pela Taxa Referencial e juros remuneratórios de 0,5% a.a..

Em 31 de dezembro de 2021, o montante da dívida consolidada ainda de acordo com o Plano Original, está composto como segue:

Classes	Não		Total
	Circulante	Circulante	
Classe I Trabalhistas	5.275	1.237	6.513
Classe III e IV Quirografários e ME EPP	24.181	333.486	357.667
Total	29.456	334.723	364.180

Os empréstimos com o Banco do Brasil no montante de R\$156.204 (R\$142.221 em 31 de dezembro de 2020) foram cedidos pelo Banco do Brasil para a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. (Nota explicativa nº 31), estão incluídos na Classe III, considerando a garantia pessoal outorgada pela Holding, e são apresentados nas demonstrações consolidadas na rubrica Empréstimos e financiamentos.

Movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

	<u>31/12/20</u>	<u>AVP</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros</u> <u>incorridos</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/21</u>
Divida	622.392	-	(1.803)	14.855	1.499	636.943
Ajuste a valor presente	<u>(282.228)</u>	<u>9.465</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(272.763)</u>
	<u>340.164</u>	<u>9.465</u>	<u>(1.803)</u>	<u>14.855</u>	<u>1.499</u>	<u>364.180</u>

A íntegra do Segundo Aditamento ao PRJ aprovado com todas as disposições e condições estabelecidas para o pagamento dos créditos da recuperação judicial da Companhia e do Varejo foram disponibilizadas na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.saraivari.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>).

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de janeiro de 2022, a Companhia, por meio de seus assessores jurídicos obteve êxito para a liberação de depósito judicial em favor da Companhia, que foi objeto de indicação pela Fazenda Nacional como bem a ser penhorado em execuções fiscais, conforme ofício expedido pela 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, que determinou a transferência para a conta da Companhia do montante de R\$4,4 Milhões.

Em 4 de março de 2022, por meio de Escritura Pública de Cessão de Crédito, Direitos e Outras Avenças, foram cedidos à Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., pelo Banco do Brasil S.A., a totalidade dos créditos por ele detidos, contra a Companhia e o Varejo no processo de Recuperação Judicial (Nota explicativa nº 12).

Em 7 de março de 2022, a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. apresentou Proposta Vinculante para aquisição das UPI's i) Loja Shopping Ibirapuera, pelo valor de R\$29,0 Milhões; e ii) Diretos Creditórios, pelo valor de R\$54,3 Milhões; como Primeiro Proponente, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ (Nota explicativa nº 30).

Em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 foi aprovado pelos Credores o Segundo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (Nota explicativa nº30).